

Menos US\$ 2 bilhões na previsão de gastos

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O governo refez as contas e está estimando para este ano e 1993 o desembolso de US\$ 9 bilhões entre juros e amortizações devidos aos bancos privados internacionais e aos credores oficiais do Clube de Paris. O valor projetado agora está US\$ 2 bilhões abaixo dos US\$ 11 bilhões previstos anteriormente e, segundo explicou o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, isto se deve à redução dos juros internacionais, além dos próprios termos do acordo negociado com os bancos, que fixou em 50% o desembolso dos juros correntes depois da aprovação pelo Senado Federal.

O ministro Krause fez ontem a defesa do acordo da dívida externa de médio e longo prazos negociado por Pedro Malan, na gestão do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, perante os membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal: "É o acordo possível, adequado, e tem todas as condições para se tornar um acordo definitivo", disse ele.

A expectativa é de que possa levar ao Fundo Monetário Internacional (FMI), na viagem que fará aos Estados Unidos, a partir de 5 de dezembro, com o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, a aprovação formal do Senado Federal. O acordo recebeu ontem um inesperado apoio: o chanceler Fernando Henrique Cardoso, autor da Resolução 82 (que fixa o limite da negociação externa), esteve na comissão e pediu aos senadores que aprovassem os termos da minuta de entendimento.

"O ACORDO EXISTE"

Pela programação do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Raimundo Lira (PFL-PB), os termos do acordo devem ser votados na comissão na próxima quarta-feira e já no dia 2 de dezembro espera-se que ocorra a votação no plenário. Krause e Haddad vão discutir com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) os textos das cartas que cada um destes organismos terá de enviar

para ser anexadas à minuta do acordo brasileiro. O negociador da dívida, Pedro Malan, não vê grandes dificuldades e esclareceu ontem ao senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, que apenas duas condições se impõem para que o FMI concorde com a carta: "Que o Brasil continue como membro do Fundo e que esteja em vigor um acordo do tipo 'stand-by'", explicou Malan.

O ministro Krause foi taxativo ao atestar que não pode haver dúvidas com relação ao "stand-by", envolvendo cerca de US\$ 2 bilhões, firmado em janeiro deste ano e depois interrompido pelo não cumprimento das metas negociadas. "O acordo existe", disse ele.

Sabe-se que o teor da carta do FMI aos bancos credores vai depender das impressões do diretor-gerente, Michel Camdessus, sobre os propósitos a serem apresentados pelos ministros da área econômica no sentido da estabilização e do ajuste. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, também partici-

pará das conversas em Washington.

DETERIORAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) levou à comissão um estudo encomendado ao economista Paulo Nogueira Batista Junior com uma avaliação do acordo e no qual, entre outros pontos de dúvida, se levanta o fato de que o País não terá condições de chegar ao final de 1992 com o superávit primário (conceito que mede o financiamento do setor público, descontando as correções monetária e cambial, além dos juros internos a externos) de 3% do PIB e sim com um déficit primário de 0,7% do PIB.

Tanto Malan como o ministro Krause admitiram que é impossível chegar-se ao final de 1992 com o superávit previsto anteriormente — "o superávit será bem mais discreto do que 3% do PIB", disse Krause depois de Malan ter previsto que, embora menor, os números preliminares não apontam para déficit primário — mas não houve, segundo colocaram, mudanças sig-

nificativas. Também o fato da emissão monetária ter ficado acima do traçado — nos cálculos de Nogueira Batista passou da projeção inicial de 1,5% do PIB para 2,5% do PIB neste ano — foi explicado pelo governo como resultado das dificuldades fiscais: "A conta tem de fechar de algum modo", adiantou Malan.

ACESSO AO MERCADO SECUNDÁRIO

Malan informou aos senadores que este acordo prevê a possibilidade de o governo ir ao mercado secundário para recomprar a dívida externa a partir do final do segundo ano de implementação. Também explicou a questão das garantias, chamando a atenção para o fato de que neste acordo não haverá necessidade do aporte integral das garantias no ato da troca da dívida velha pelos novos instrumentos que serão oferecidos aos bancos credores privados. Até meados do ano, quando se espera a assinatura dos contratos, o País terá tempo de negociar o aporte necessário de recursos das garantias, mas Malan já adianta

que dos US\$ 2 bilhões do acordo "stand-by" acertado em janeiro com o FMI, 25% serão apartados para efeito de constituição de garantias. Isto, aliás, já ocorreu com relação à primeira parcela, cujo valor de US\$ 243 milhões não foi totalmente desembolsado ao País: US\$ 183 milhões foram liberados, enquanto US\$ 61 milhões ficaram retidos pelo FMI para efeito de cobertura das garantias do acordo com os bancos privados. Segundo Malan, os recursos retidos serão contabilizados nas reservas internacionais do País.

O alívio nos pagamentos externos, em função da queda dos juros internacionais, envolve uma economia de US\$ 200 milhões nos desembolsos de juros e amortizações negociados com os credores do Clube de Paris e de US\$ 1,8 bilhão nas projeções com os bancos: em 1992, o País pagaria aos bancos credores privados US\$ 3,5 bilhões, mas só deverá desembolsar US\$ 2,4 bilhões pela nova estimativa e, para 1993, a previsão anterior, de US\$ 3,4 bilhões, foi reduzida para US\$ 2,7 bilhões.